

União

4.6 DEZ 1991

Mauro Santayana

Constataram os pesquisadores do Instituto Toledo & Associados o que já vinhamos sentindo nestes anos vazios e inquietos: dissolve-se o sentimento de nação. O Brasil deixa de ser a associação solidária de milhões de pessoas, portadores de identidade construída em cinco séculos de sacrifícios e esperanças, para se transformar, nos últimos anos, em mero acampamento, sobre território inóspito, do qual se pensa fugir, ou no qual se pode exercer rápida e proveitosa ação predatória.

Mas será exatamente assim? Terá a nossa esperança buscado o exílio em Miami, como os dinheirinhos reunidos pela classe média em tempos mais folgados? Talvez não tenhamos chegado, ainda, e graças a Deus, àquele ponto sem retorno, do qual todo os caminhos que se bifurcam só podem levar ao inferno.

Em primeiro lugar, os números, ao revelarem o desencanto, revelam também indignação. A indignação se torna mais ácida frente ao governo federal e com relação aos políticos, de forma geral. Do presidente Collor, e não sem alguma razão, os entrevistados cobram, com veemência, as promessas não cumpridas. Sentem-se, os que nele votaram empurrados pelos compromissos por ele assumidos em campanha, que foram enganados, e o pior, no sentimento dos enganados, é aquela incômoda sensação de que estão sendo tratados como parvos, como otários.

Dos políticos, de um modo geral, os entrevistados cobram ação disciplinadora. Por que os representantes diretos do povo, deve ser a pergunta de cada um dos que se fizeram ouvir, não levam para as casas parlamentares a insatisfação das ruas, e não agem em consequência? Infelizmente o povo sabe muito pouco do que se passa no Congresso Nacional. Se o jogo das circunstâncias não tem facilitado a vida dos parlamentares, a verdade é que, de todas as instituições nacionais, a que maior resistência vem oferecendo contra o descalabro é exatamente o Congresso. Desgraçadamente não faltam ao Parlamento homens de poucas vértebras, mas o que fazer, se não os faltam na sociedade que os elege?

Houvesse mais espaço e poderíamos lembrar algumas medidas que podem melhorar o nível e a responsabilidade dos representantes populares, entre elas a do voto distrital, mas devemos reduzir as nossas preocupações ao exame da pesquisa. Setenta e seis por cento dos entrevistados, segundo divulgou **O Estado de S. Paulo**, mostraram-se favoráveis à não reeleição dos parlamentares. Esse elevado número, em contraste com os 2,3% que confessam confiar no Congresso, revela, ao mesmo tempo, desejo de participação política e a hipótese de passar a acreditar no Parlamento, se ele viesse a ser permanentemente submetido à renovação.

Como vemos, não há o ânimo de se desfazer da instituição, mas o de aperfeiçoá-la, mediante o instituto da não-reeleição. Não nos parece que seja esse o caminho, mas é natural que, diante de prolongada campanha de descrédito contra o Congresso, movida por interesses que gostariam de o ver dissolvido (um ditador é sempre mais barato e mais fácil de comprar do que um Parlamento, já disse, há tempos, certo secretário de Estado norte-americano), haja esse tipo de sugestões.

Mais grave é o início da aceitação do desmembramento do Estado nacional. Mais ou menos 20% dos entrevistados admitem a divisão do País. Esta atitude é comum nas situações difíceis: procura-se o culpado no vizinho. Há várias décadas alguns próceres do Nordeste falam em separatismo, sob o discutível argumento de que a região é explorada e abandonada pelos seus irmãos do Sul. Muitos paulistas (e, por mais que o neguem, o Movimento de 1932 trazia, nas entrelinhas da reivindicação constitucionalista, inspirações de autonomia) sempre se supuseram mais trabalhadores e mais empreendedores do que os demais brasileiros e, nos Estados meridionais, nunca deixou de haver orgulhosa memória da República de Piratini. E, como se isso fosse pouco, os amazonenses, sob o medo de que passem o seu território ao domínio alheio, mediante uma balcanização da área com a autonomia de **nações indígenas**, tampouco escondem suas idéias.

Entenda-se esta atitude como consequência desastrosa do centralismo de que padecemos. Na verdade, a União há muito tempo deixou de ser a união de Estados criada pela Constituição de 1891 (se algum dia o foi). A hipertrofia do poder federal constitui, na realidade, usurpação do direito dos Estados e o estabelecimento de supra-Estado que não une nem administra as unidades federadas — apenas as explora. O Senado da República, é o que parece ao observador político, não se compenetra de que a sua função, mais do que qualquer outra, é a de zelar pelos direitos dos Estados no conjunto da União. Conformam-se os senadores, salvo uns poucos, a encaminhar as reivindicações dos Estados junto ao Tesouro e, obedecendo mais aos critérios partidários do que aos interesses das unidades federadas que representam, a confirmar e a rejeitar (o que é raro) nomeações feitas pelo Poder Executivo para elevados cargos da República.

De qualquer forma, saudemos o inconformismo, embora nos assustem certas predisposições raivosas, como as manifestadas por 7,9% dos entrevistados. E não só o inconformismo: ao apontar a educação como o mais grave problema do Brasil, os entrevistados demonstram a sua lucidez.